



EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NAS ESCOLAS

Amanda André Sabino Santos
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e
Participação Política (PROMUSPP) da Universidade de São Paulo

amandasabino@usp.br

Eixo Temático: Ensino e Aprendizagem
DOI: 10.5281/zenodo.7697449

RESUMO

Tão importante quanto discutir questões ambientais e estudar as soluções para os problemas que lhes são potenciais (ou factuais), é a conscientização da população a respeito do meio ambiente e das relações homem-natureza. Este trabalho visa, portanto, a análise acerca do funcionamento da Educação Ambiental crítica enquanto ferramenta de ensino e aprendizagem, de modo que a avalie e elenque os pontos fortes e fracos que tal conceito apresenta na prática, indicando, inclusive, as principais lacunas. Para tanto, o estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, a fim de analisar posicionamentos distintos sobre o tema em questão. Em teoria, o conhecimento das questões ambientais faz com que indivíduos possam agir com maior responsabilidade socioambiental; e, também, faz com que percebam com maior facilidade, situações de vulnerabilidade, quando, por algum motivo, ficam sujeitos à riscos provenientes de perigos diversos. Contudo, o que se observa é que a Educação Ambiental que é instituída, efetivamente, nem sempre apresenta resultados satisfatórios, pois, durante o processo, é realizada por indivíduos que não estão de fato preparados para o trabalho. Além disso, as ações desenvolvidas (ações, projetos, seminários etc.) acabam, muitas vezes, apresentando-se de forma vaga e vazia, não repassando a mensagem (instrutiva) a que se propõe. Para que haja um ganho efetivo no processo de Educação Ambiental é necessário, portanto, investir de fato no preparo da equipe docente.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino. Aprendizagem.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise acerca da Educação Ambiental Crítica enquanto ferramenta para o ensino e para a aprendizagem.

É sabido que a atualidade está repleta de discussões ambientais, uma vez que toda e qualquer atividade humana acaba desencadeando algum tipo de impacto ao meio ambiente, seja ele positivo ou negativo (SABINO, 2020). Contudo, as discussões vêm se acentuando com o passar dos anos, já que, por meio do avanço econômico e do desenvolvimento tecnológico, o meio ambiente passou a ser visto (de forma equivocada), por muitos, sob uma ótica predatória; onde a natureza é utilizada apenas como uma fonte inesgotável de matéria-prima.

Acontece, entretanto, que, apesar de não serem tratados dessa forma, muitos dos recursos ambientais são finitos (como a água por exemplo - Lei nº 9.433/97 art. 1º, II); e se não forem geridos de forma adequada, se esgotarão rapidamente, colocando em risco a vida de muitos animais e, inclusive, do próprio ser humano. Além disso, a má gestão dos recursos ambientais pode desestabilizar o equilíbrio ambiental, causando eventos desastrosos (como as inundações por exemplo) que afetam de diversas formas a vida social das pessoas, tendo-se em vista que eventos extremos acabam por desencadear prejuízos físicos, materiais, econômicos etc.

Essa concepção mercadológica do meio ambiente, deve ser, o quanto antes, ultrapassada (não apenas em teoria, mas na prática), ou então, não haverá meio ambiente para ser explorado. É necessária uma mudança. De acordo com Algarte (1994, p.189 *apud* Xavier 1997, p. 286), mudança é uma “revolução”, ou seja, é “a quebra repentina e de longo alcance na continuidade do desenvolvimento de um sistema social”.

A educação é uma importante ferramenta para a mudança, pois, a partir dela se pode prever revoluções intelectuais que permitam a alteração do panorama social de uma dada região. Esse processo de mudança não é repentino, ele ocorre de forma gradativa, e muitas vezes, sequer é percebido. Contudo, de acordo com Xavier (1997), a educação vem enfrentando desafios internos e externos, que acontecem direta ou indiretamente e repercutem no desempenho de suas funções. O autor menciona que as reflexões sobre a educação devem abarcar um horizonte de análise extenso, desde a escala local, até a mundial, a fim de que haja um levantamento das considerações sobre o processo



educativo, seu contexto e uma melhor compreensão do homem e das necessidades que acompanham essa nova realidade.

Logo, quando mencionados os aspectos ambientais, pode-se direcionar a discussão para o viés da Educação Ambiental. O conhecimento do meio ambiente e de suas limitações e fragilidades, visa possibilitar o desenvolvimento humano sem o prejuízo completo ou irreversível do meio ambiente; que, mais do que uma fonte de recursos, é o lar de todos os seres vivos no planeta.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CONCEITO, CONTEXTUALIZAÇÃO e LEI FEDERAL Nº 9.795/1999

Loureiro (2019) diz que educação é uma prática social resultante no aprimoramento humano, acerca do que pode ser aprendido, criado e recriado a partir de uma determinada cultura, em face das necessidades de uma sociedade. Logo, o autor ressalta que a educação, antes de ser formal, é livre.

Já Ghiraldelli Jr (2015), traz a etimologia da palavra educação, indicando que esta é proveniente de duas palavras do latim :*educere* e *educare*.

Apesar de ambas possuírem a ideia geral de instrução e ensino, cada uma carrega uma dada prática e/ou aplicação. A palavra *educere* significa 'trazer de fora', 'dirigir exteriormente', ou seja, corresponde a trazer para o indivíduo a ser ensinado, conceitos e regras que são exteriores a ele. A palavra *educare*, por sua vez trata o processo de ensino de forma diferente, pois, a partir de seu significado ('sustentar', 'alimentar', 'criar'), apresenta a possibilidade e o incentivo de que o aprendiz forje suas próprias regras. A escola, por sua vez, está diretamente relacionada ao que é conhecido como educação em nossa sociedade, pois, mesmo que não limitado a, é na escola que se constrói a educação, o ensino.

Existem diversos tipos de abordagem que podem ser traçados a partir do termo educação; dentre os quais, pode-se mencionar a Educação Ambiental (EA). Neste artigo será avaliada, especificamente, a EA em seu contexto escolar.

A ideia de predação do meio ambiente que vem progredindo com o passar dos anos traz a necessidade de uma intervenção, de uma conscientização da população. Essa conscientização pode ser feita a partir de dados e informações que vêm de fora, por meio



da propagação do conhecimento obtido por outros; e, também, pode ser realizada incentivando o pensamento crítico das pessoas, de modo que elas possam construir seus próprios conceitos e percepções sobre os fatos. De qualquer modo, faz-se necessária uma mudança, pois, como é ressaltado por Loureiro (2019), o homem deve aprender novos modos de viver e se relacionar na natureza e não contra a natureza.

Sendo assim, a Educação Ambiental é apresentada como uma forma de aprimoramento humano, por meio do aprendizado acerca das relações homem-natureza. Ela é definida pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei Federal Nº 9.795 de 27 de abril de 1999) como:

“(...) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Os processos supramencionados podem ser, de acordo com Lucas (1972) apud Kogeyama (2018) desenvolvidos por meio de ações que sejam realizadas com enfoques especificamente direcionados. De forma geral, conforme o autor, as atividades podem ser desenvolvidas e trabalhadas com questões que permeiem por temas que falem sobre o meio ambiente; como, também, podem realizar ações para benefício do meio ambiente. Ou seja, cada tipo de atividade deverá seguir a uma lógica, baseando-se nos objetivos que visa atingir.

Os programas direcionados às ações sobre o meio ambiente possuem um objetivo claramente cognitivo; enquanto, às realizadas para o meio ambiente buscam a difusão de valores e habilidades entre os envolvidos, de modo que estes possam preservar e conservar o meio ambiente. Além disso, quando se fala a respeito de atividades realizadas no meio ambiente, estas se referem a todo e qualquer programa realizado no meio; ou seja, se trata de uma técnica que utiliza o meio ambiente como recurso pedagógico (Lucas, 1972 apud Kogeyama, 2018).

Vale destacar, ainda, que, além dos “tipos” de programas que podem ser realizados, existe, também, a categorização a respeito das concepções de EA e de suas respectivas perspectivas pedagógicas. Iared, (2010) apud Kogeyama (2018), define as concepções de EA como sendo: romântica, pragmática ou complexa; enquanto as perspectivas pedagógicas, de acordo com a autora, podem ser: conservadora (tradicional), reformista



(pragmática) ou crítica (complexa). De acordo com Leme (2016) apud Kogeyama (2018 p.30), essa perspectiva pode ser observada a partir das seguintes abordagens:

Quadro 1 – Perspectivas Pedagógicas da Educação Ambiental

Categoria	Visão mais tradicional	Visão Pragmática	Visão mais complexa (crítica)
Visão de mudança Social	Sociedade sem transformações	Mudança social depende dos sujeitos	Mudança social enquanto melhoria do funcionamento do sistema, dos grupos, das instituições e da visão de mundo, e não apenas de seus componentes individuais.

Fonte: A autora (adaptado de Leme, 2016 apud Kogeyama, 2018 p.30)

Nota-se que a EA em sua constituição mais complexa (EA Crítica) é a que permite uma potencialidade de transformação social mais expressiva.

De acordo Torres et al, 2014, a EA Crítica pode ser entendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação, resultando em mudanças culturais e sociais.

Contudo, atingir, com satisfatoriedade o processo crítico proposto neste caso, é um desafio considerável, pois, como ressaltado por Loureiro e Torres (2014), são necessárias técnicas específicas para o desenvolvimento dos atributos da EA Crítica. Deve-se pensar em estratégias para se atingir a

“perspectiva interdisciplinar, crítica e problematizadora; a contextualização; a transversalidade; os processos educacionais participativos; a consideração da articulação entre as dimensões local e global; a produção e a disseminação de materiais didático- pedagógicos; o caráter contínuo e permanente da EA e sua avaliação crítica (Torres, 2010, apud Loureiro e Torres, 2014, p. 14)”.

Trata-se de inserir os educandos em seu processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que se constituam sujeitos no mundo, tendo-se em vista as relações existentes entre a sociedade, a cultura e a natureza (Loureiro e Torres, 2014). É uma análise mais profunda que incorpora aspectos do cotidiano, e não se prendem apenas a ideias teóricas. Leva em conta as particularidades e as percepções dos indivíduos envolvidos. A EA crítica está em consonância com o disposto na PNEA (Lei Federal Nº 9.795/1999), uma vez que dentre os princípios da PNEA, cabe as perspectivas inter, multi e transdisciplinares.

Logo, a EA enquanto ferramenta de ensino e aprendizagem, deve se colocar como um instrumento que dialogue com diversas frentes, e não se limite à pensamentos



unilaterais e individualistas. A PNEA ainda ressalta a necessidade de preparo dos profissionais para a disseminação do conhecimento ambiental, tanto nos processos de educação formal, como no informal; fator este que, durante os levantamentos realizados para esta pesquisa, se apresentaram como uma falha no processo.

Apesar de os conceitos que acompanham o processo e as etapas da Educação Ambiental serem sólidos, em termos teóricos, na prática sua implementação é muito mais complexa. A ideia de se implementar nas escolas soluções práticas despercebidas (Nicolai 1973 apud Delizoicov e Delizoicov, 2014), tornando-as naturais e facilmente realizáveis, acaba não acontecendo; devido a ausência de preparo dos professores, ou até mesmo à falta de recursos. Bizerril e Faria 2001 apresentam depoimentos de alguns docentes que afirmam não ser simples passar aos alunos uma ideia assertiva acerca do meio ambiente, fazendo com que a maioria dos alunos vejam a questão ambiental de forma utópica, exemplificada apenas pela preservação da Amazônia, e não conseguem reproduzir os conceitos e as práticas para o seu cotidiano. Além disso, para alguns, as escolas particulares tendem a obter maior sucesso em processos pedagógicos voltados ao meio ambiente, uma vez que possuem recursos superiores, possibilitando, inclusive, a realização de aulas externas à sala, resultando em melhores resultados práticos.

Então, e, de forma geral, os processos educativos – de cunho ambiental – são inseridos nas instituições de ensino de uma forma bastante vaga. A maioria das instituições de ensino fundamental e médio prega uma abordagem ambiental de forma interdisciplinar, ou seja, onde cada professor, independentemente de sua formação, deve abordar o tema a partir de seu olhar e das perspectivas de sua disciplina. Contudo, em conversa desta autora com alguns professores do ensino médio, percebeu-se que é comum que docentes das áreas atinentes às ciências, biologia e afins, possuam maior clareza enquanto na disseminação de conceitos a respeito dos aspectos ambientais; e, por sua vez, tenham maior facilidade em incluir os temas em suas palestras e debates em sala. Contudo, profissionais que estão ligados às disciplinas regidas pela exatidão, muitas vezes não possuem esses conceitos notadamente delimitados. A interdisciplinaridade, portanto, acaba não sendo tão efetiva, na implementação da EA nas instituições de ensino, tornando-se, em muitos casos, falha, rasa e insuficiente.

Já na educação superior, a abordagem do tema é feita sobre, praticamente, três tipos de ação desconectadas, de acordo com Tozzoni- Reis, 2001: tratamento de temas ambientais nas disciplinas afins, disciplinas optativas de Educação Ambiental e formação



educativo-pedagógica; nas diferentes especialidades; e oferecida pelas disciplinas da área de educação nas licenciaturas. Segundo a autora, as oportunidades de reflexão, sobre as diferentes concepções de relação homem-natureza, são vagas e insuficientes.

Logo, formar profissionais de Educação Ambiental com potencial de criar sínteses sócio ambientais em suas grades, exige um esforço expressivo das instituições de ensino (tanto do ensino fundamental e médio, quanto do superior), necessitando, inclusive, de reformulações inteiras no currículo. Seria esse, portanto, um dos maiores obstáculos. Além disso, interdisciplinaridade não deve ser apenas uma articulação formal entre as disciplinas, mas sim, uma definição paradigmática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental Crítica é uma importante ferramenta para a transformação, uma vez que prevê uma mudança totalitária e não apenas em componentes individuais. Contudo, sua implementação é muito mais complexa.

A interdisciplinaridade se apresenta como uma estratégia de aplicação prática dos conceitos ambientais dentro das instituições de ensino, contudo, sua aplicabilidade é, em muitos casos, falha, rasa e insuficiente. As conceituações teóricas apresentam um grande potencial para a revolução necessária na atualidade, entretanto, deve-se realizar grande investimento no preparo dos profissionais de ensino, a fim de que sejam efetivamente capazes de repassar o conhecimento ambiental para os seus educandos, de modo que estes possam se constituir como sujeitos no mundo, se relacionando com a natureza e não contra ela.



REFERÊNCIAS

BIZERRIL, Marcelo X.A.; FARIA, Dóris S. **Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental.** 2001. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1349>> Acesso em: 19.11.2022

FURTADO, Janine Dornelas. **Os caminhos da Educação Ambiental nos espaços formas de ensino- aprendizagem: qual o papel da política nacional de Educação Ambiental?** 2009h. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2830/1602>> Acesso em: 15.11.2022

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira.** 2015. Ed. Cortez

KOGEYAMA. CÍNTIA. **As diferentes concepções de educação ambiental presentes no Programa Nascentes Verdes Rios Vivos do Instituto de Pesquisas Ecológicas.** 2018. Disponível em: Acesso em: 10.11.2022

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental – Questões de Vida -** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TORRES, Juliana Rezende. **Educação Ambiental.** 1.ed. 2 reimpressão. São Paulo: Cortez, 2014.

SABINO. Amanda André. **Estudo sobre a resiliência institucional de áreas socioambientalmente vulneráveis aos processos de inundação no ABC Paulista: o caso do Jardim Santo André.** 2020. Dissertação de Mestrado em Ciências. PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior.** 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/BtBXb5MWNdzGtzrx56V4zFC/?lang=pt>>. Acesso em: 19.11.2022

XAVIER, Odiva Silva. **A educação no contexto das mudanças.** Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/083b/7682fb8179daac5b3e3b868e36ca83e663a6.pdf>> Acesso em 18.11.2022